Revista Macambira

Silenciamento ao fenótipo negro e epistemicídio nas políticas públicas educacionais no Brasil

Robson Barboza Araújo[1]*, **Milton Ferreira da Silva Junior**[2]

RESUMO

Este trabalho discute a relação entre as políticas públicas pós abolicionistas com as políticas públicas da atualidade, por meio de uma revisão bibliográfica, que movimentaram e movimentam forças para o silenciamento do fenótipo negro nos ambientes educacionais, atuando no epistemicídio do grupo étnico racial negro e sua identidade, além da atuação do movimento negro, na escolarização de negros "libertos" em um momento onde as políticas educacionais não permitiam o acesso às letras e à escolarização. Perpassando por ações de fortalecimento com a inserção de temas discutidos na luta por visibilidade e correções históricas com avanços no âmbito inerente às políticas públicas educacionais, culminando com importantes Leis e processos para o fortalecimento identitário negro. Até os últimos acontecimentos políticos e socioeconômicos com a chegada ao governo de grupos de extrema direita que possuem o claro desejo de silenciar o movimento negro e as conquistas conseguidas ao longo do tempo.

Palavras-chave: Movimento Negro, Educação, Fenótipo Negro, Colonialismo.

Silencing black phenotype and epistemicide in public educational policies in Brazil

ABSTRACT

This paper discusses the relationship between post-abolitionist public policies and current public policies, through a bibliographical review, which have moved and continue to move forces towards the silencing of black phenotype in educational environments, acting on the epistemicide of black racial ethnic group and its identity. In addition, it discusses the role of black movement, in the schooling of "freed" black people at a time when educational policies did not allow access to letters and schooling. Going through strengthening actions and the insertion of topics about the fight for visibility and historical corrections, it is based on advances in the scope inherent to public educational policies, culminating in important Laws and processes for strengthening black identity. Until the arrival of the latest political and socioeconomic events in government of far-right groups who have a clear desire to silence the black movement and achievements over the time.

Keywords: Black Movement, Education, Black Phenotype, Colonialism.

Silenciando el fenotipo negro y el epistemicidio en las políticas públicas educativas en Brasil

RESUMEN

Este trabajo discute la relación entre las políticas públicas post-abolicionistas y las políticas públicas actuales, a través de una revisión bibliográfica, que han movido y siguen moviendo fuerzas hacia el silenciamiento del fenotipo negro en los ambientes educativos, actuando sobre el epistemicidio de la etnia racial negra. y su identidad, además del papel del movimiento negro, en la escolarización de los negros "liberados" en una época en la que las políticas educativas no permitían el acceso a las letras y a la escolarización. Pasando por acciones de fortalecimiento con la inserción de temas discutidos en la lucha por la visibilización y correcciones históricas con

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico Raciais -PPGER. Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Docente no Centro Estadual de Educação Profissional e Tecnológica em Biotecnologia e Saúde (CEEP), Itabuna, Bahia, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Antônio Muniz, 115, pontalzinho, Itabuna, Bahia, Brasil, CEP: 45602-625. ORCID: http://orcid.org/0000-0002-7465-4387. Lattes: http://lattes.cnpq.br/7384633552186892 . Autor Correspondente: profrobsonba@gmail.com.

2 Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente, Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Itabuna, Bahia, Brasil. Endereço para correspondência: Rodovia Ilhéus/Itabuna, KM 22, Campus Jorge Amado – Itabuna/Bahia, Ilhéus, Bahia, Brasil, CEP: 045653-160. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3168-5132. Lattes: http://lattes.cnpq.br/7535411446526168.

ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1049

avances en el alcance inherente a las políticas públicas educativas, culminando en importantes Leyes y procesos de fortalecimiento de la identidad negra. Hasta los últimos acontecimientos políticos y socioeconómicos con la llegada al gobierno de grupos de extrema derecha que tienen una clara voluntad de silenciar al movimiento negro y los logros alcanzados a lo largo del tiempo.
Palabras clave: Movimiento negro, Educación, Fenotipo negro, Colonialismo.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira por seu processo de colonização, conviveu (e convive) com os ideais eurocêntricos, e o processo de escravização dos povos africanos apoiados por uma argumentação biológica e religiosa que, reverberam até a atualidade nas ações inerentes as políticas públicas e em suas consequências na construção identitária de seus cidadãos. Este trabalho, possui como objetivos discutir como o ontem e o hoje das políticas públicas impactam no silenciamento fenotípico dos negros e seus descendentes, nos ambientes educacionais, além da atuação do movimento negro na escolarização de negros "libertos", em um momento onde as políticas educacionais não permitiam o acesso as letras e a escolarização.

O negro foi marcado pelo colonizador através da seleção de suas características fenotípicas pertencentes ao grupo étnico racial atacado enquanto ser, nos seus princípios mais básicos, de existência, liberdade de expressão, culturais, linguagem, religiosidades entre outras, com o falseamento científico de raça biológica inferior e o embasamento de que não possuíam alma. Exigidos ao silenciamento, os negros e seus descendentes são forçados pelo racismo e mais recentemente o racismo estrutural, a esconder as características ancestrais, étnico raciais, pelo embranquecimento imposto como um dos efeitos da colonização.

Outrora, como descrito por Santos e Silva (2018) os afrodescendentes eram acusados pelos problemas sociais vigentes no país, ideias também atribuídas à Graça Aranha[3] e a Revista Acadêmica da Faculdade de Direito de Recife, como relatado por Schwarcz (2017). Assim como Rodrigues (2016) eles defendiam que a violência e outros problemas sociais eram causados pela carga genética dos negros. Entre os pensadores que defendiam o embranquecimento como uma evolução humana, teoria conhecida também por Darwinismo Social, Vianna (1938) acreditava ser a miscigenação de raças biológicas um processo evolutivo, à medida que esta ia embranquecendo formando uma sociedade mais bela por suprimir as características tidas como inferiores.

Este processo de mestiçagem em nosso país ocorreu segundo Nascimento (1978), principalmente pelo estupro das mulheres negras e prostituição obrigatória das mulatas.

3 José Pereira da Graça Aranha, advogado, diplomata e escritor brasileiro, conhecido por suas obras nacionalistas. Discutia em seu livro mais conhecido "Canaã" a miscigenação e a superioridade racial dos brancos.

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081002, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1049

Causando de acordo Munanga (2019), uma desconstrução da identidade negra em terras brasileiras, para a anulação da superioridade numérica do negro e alienação dos descendentes mestiços, desta forma evitando conflitos raciais, garantindo o comando do país aos brancos.

O ambiente escolar sofre uma forte influência dos ideais difundidos na sociedade. Com isso, as políticas públicas vinculadas direta ou indiretamente ao chão da escola, como o acesso de estudantes, recursos e currículo ministrado, sempre retratam a época em que se olha, com fortes marcas de épocas passadas também. Apesar de suas consequências negativas serem sentidas por um longo tempo, não se deve ignorar que o ambiente escolar também influencia a sociedade, em um processo continuo. Portanto, o olhar às políticas públicas que se relacionam com este ambiente é tão importante e podem relatar os avanços e desafios para o estabelecimento de uma educação antirracista.

PROCEDIMENTO DE ESTUDO

Esse artigo trata de uma revisão de literatura, relacionando as políticas públicas pós abolicionistas com as políticas públicas da atualidade, que movimentaram e movimentam forças para o silenciamento do fenótipo negro nos ambientes educacionais. Atuando no epistemicídio do grupo étnico racial negro e sua identidade. O epistemicídio é "à destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas" Souza Santos (2009, p. 183). Em outras palavras, um "sepultamento de saberes".

Utilizando as ideias apresentadas por Trivinõs (1987), ao relatar a importância de estudos de avaliação bibliográfica e Pedone (1986), ao apresentar pontos determinantes para as políticas públicas como o dilema entre a democracia formal e a substantiva. Tendo na ótica da democracia substantiva elementos significativos no epistemicídio negro.

As discussões serão divididas em dois momentos, trazendo as ações inerentes às políticas públicas no passado, Brasil colonial, e seus reflexos atuais que atuam negativamente no fortalecimento identitário dos negros e seus descendentes em relação ao ambiente educacional.

POLÍTICAS PÚBLICAS E O AMBIENTE EDUCACIONAL PÓS COLONIAL

Segundo Da Silva (2017) o Brasil é reconhecido por ser o país que mais importou africanos para serem escravizados. E graças aos movimentos sociais negros e institutos de pesquisas sociais que deram visibilidade à essa questão, e as situações cotidianas e frequentes

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081002, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1049

vividas pelos sujeitos que compõem esse grupo social, pode-se afirmar que o Brasil é um país racista. Com isso, quando olhamos para os primeiros sistemas educacionais, já se percebe uma forte segregação étnico-racial em virtude das proibições que eram impostas aos negros, como relatado por Nascimento (1940), os africanos escravizados eram impedidos de aprender a ler e escrever, ou frequentar escolas. Fato só alterado quando eram "pertencentes" aos jesuítas, que providenciavam escolas para o catecismo e as primeiras letras a alto preço, tendo em vista os métodos utilizados além dos objetivos de aculturação e visão de mundo cristã que eram submetidos, sendo impedidos ao acesso à instrução média ou superior (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 1999).

Gonçalves e Silva (2000) descrevem a importância da educação nesse processo de exclusão, apesar de um decreto de 1878, de Leôncio Carvalho, criando os cursos noturnos para livres e libertos no município da corte, iniciando a educação pública para uma parcela da população de negros, ação que foi estendida para outras províncias. Porém, tais escolas de educação, vistas como uma estratégia de desenvolvimento da instrução pública excluíam os negros fossem estes escravizados ou não.

Os autores, também trazem a situação em que viviam os menores "beneficiados" pela Lei do Ventre Livre de 1871, que em seu recorte inicial permitia que os menores fossem tutelados pelos senhores para que recebessem instruções básicas e profissionais, com o direito a exploração do trabalho destas crianças até os 21 anos de idade, ou poderiam ser entregues ao Estado, com o pagamento de uma indenização em dinheiro. Contudo em vista das pressões da sociedade escravocrata, os senhores ficaram isentos de promover a instrução dos menores nascidos de suas escravas, com isso grande maioria não eram entregues ao Estado nem recebiam qualquer tipo de instrução. Outro fato apontado era a entrega das crianças negras às Casas dos Expostos, para que as mães pudessem ser alugadas como amas de leite. Estas crianças poderiam ser entregues à outras famílias na condição de tutelados, o que não mudava em nada a relação do trabalho e a possibilidade de receber qualquer tipo de instrução.

Quanto ao acesso à educação Silva (1987), chama a atenção aos negros nascidos no início do século XX que em sua maioria, estes já eram adultos. Gonçalves e Silva (2000) destacam que em virtude da ausência de políticas públicas para a população negra, instituições e professores negros promoviam a educação, partindo então de um processo privado e não público, reiterando a importância das entidades negras, como jornais, no processo de educação e divulgação das oportunidades educacionais.

Nos períodos descritos acima a sociedade brasileira, até tinha interesse em avançar enquanto civilização e existiam uma defesa na política nacional que esse avanço seria dado com

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081002, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1049

o aumento da escolarização de sua população. Entretanto, também era vigente a concepção de embranquecimento baseada nas concepções conhecidas como Racismo Científico e Darwinismo Social, que marcavam as gerações de negros e seus descendentes tanto em seus aspectos fenotípicos, características visíveis, quanto no seu ideal de alteração e exclusão genotípica, que idealizava excluir os genes negros da população brasileira, além de entranhar todas as mazelas sociais do país ao longo dos anos aos genes negros.

Como nos diz Pedone (1986), em seu trabalho de análise das políticas públicas, a política deve servir para conciliação de interesses, porém a soma dos interesses grupais, no caso aqui em questão o do movimento negro e sua luta pela libertação, educação e dignidade, não totaliza o interesse público e inclusive envolve componentes morais. Reflete-se através dos pensamentos pseudocientíficos e religiosos que reverberavam no processo dito por alguns pensadores a construção de uma Democracia Racial em nosso país. Podemos inferir e questionar os rumos educacionais, sobretudo de nossas políticas públicas, tendo em vista que a o processo de igualdade racial que tentam difundir, apenas serve para manter o racismo estrutural ao qual os negros e seus descendentes estão submetidos.

POLÍTICAS PÚBLICAS E O AMBIENTE EDUCACIONAL NA ATUALIDADE

Desde a formação colonial do Brasil, com a diáspora de negros oriundos do continente africano, podemos afirmar que é constituído uma resistência negra, hora mais perceptível pela formação das religiões de matrizes africanas e o movimento conhecido na atualidade por sincretismo religioso, uma forma de resistência e unificação das religiões trazidas pelos negros africanos, à religião dominante do colonizador, essa resistência é conhecida e estudada nos seus diversos aspectos. Porém, vale destacar a observação realizada por Cruz (2005), quando discute a disciplina história da educação brasileira e a impressão de inexistir experiências escolares dos negros anteriores à década de 1960, em território nacional, por não ser encontrado referências bibliográficas nessa área, apontando como possíveis motivos, que este tema foi desconsiderado da história oficial.

Contudo, ao voltar o olhar aos processos inerentes as políticas públicas, descritos por Pedone (1986), quando descreve os sistemas de democracia formal e substantiva, na atualidade onde todos brancos e não-brancos podem votar e manifestar suas ideias e apoio às questões que julguem importantes, é perceptível que um grupo continua a sustentar privilégios enquanto outro ainda luta para ser ouvido. Essa dualidade entre ser ou não ouvido, perpassa pela relação entre as políticas públicas, formação identitária e o processo educacional, já que se interagem influenciando e sendo influenciados.

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081002, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1049

Neste contexto, Silva et.al (2018) destaca que o movimento negro reivindica/reivindicou políticas públicas com vista a impulsionar ou que impulsionassem mudanças reais no que tange as desigualdades étnico-raciais, sobretudo nos processos de escolarização, movimento que segundo Pedone (1986) é inerente a constituição das políticas públicas. Encontrando barreiras até mesmo em sua narrativa histórica como a crítica Cruz (2005):

> "À margem desse processo têm sido esquecidos os temas e as fontes históricas que poderiam nos ensinar sobre as experiências educativas, escolares ou não, dos indígenas e dos afro-brasileiros. O estudo, por exemplo, da conquista da alfabetização por esse grupo; dos detalhes sobre a exclusão desses setores das instituições escolares oficiais; dos mecanismos criados para alcançar a escolarização oficial; da educação nos quilombos; da criação de escolas alternativas; da emergência de uma classe média negra escolarizada no Brasil; ou das vivências escolares nas primeiras escolas oficiais que aceitaram negros são temas que, além de terem sido desconsiderados nos relatos da história oficial da educação, estão sujeitos ao desaparecimento." (CRUZ, 2005, p.22-23)

Segundo Macedo (2014), mesmo com políticas centralizadas, desde meados do século XX, as legislações recomendavam partes diversificadas do currículo para o atendimento à diferenças individuais e/ou diversidades regionais na escolarização. Mas, com a redemocratização do país pelos anos 80, houve uma maior visibilidade dos movimentos sociais e de demandas identitárias, tendo como bandeiras a luta por acesso ao ambiente escolar e posteriormente a sua substituição pela permanência na escola. Segundo a autora, essas bandeiras identitárias tornaram a luta mais difícil tendo em vista a distância entre ricos e pobres no país e a centralização nas demandas que pediam igualdade econômica e social.

A Constituição Federal de 1988, traz dois importantes artigos que delimitam a educação. O artigo 205, que trata a educação com direito de todos, e o artigo 206, que trata da igualdade de acesso e permanência, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, entre outras coisas trazendo o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. Trazendo ainda no artigo 210, a manifestação que teria a indicação de conteúdo para formação básica e respeito aos valores artísticos, culturais, nacionais e regionais.

O Ministério de Educação (MEC), trouxe a temática étnico-racial nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em 1999, por meio do tema transversal Pluralidade Cultural. Segundo Henriques (2005), dialogando com as reivindicações antigas dos movimentos negros. Porém questionado por Souza (2001), por parecer mais um discurso ideológico que uma proposta efetiva curricular, apesar de considerar um avanço por estar materializado. No mesmo ano o MEC publica o livro Superando o Racismo na Escola, sobre a temática étnico-racial, como resposta às críticas do movimento negro.

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081002, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1049

Henriques (2005) relata a criação e implementação de uma experiência-piloto com o Projeto Diversidade na Universidade – Acesso à Universidade de Grupos Socialmente Desfavorecidos, culminando com a Lei nº 10.558 de 2002 que oficializa o programa com atenção especial a população negra e indígena, com o apoio à cursos preparatórios para o vestibular, chamados de Projetos Inovadores de Curso, beneficiando 900 jovens no ano em que foi implantado.

Em 2003 um importante marco na luta pelas questões étnico-raciais foi alcançado com a alteração da Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) pela promulgação da Lei Federal nº 10.639/03 em 9 de janeiro, tornando obrigatório no currículo oficial da Rede de Ensino, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras. Substituída pela Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, que institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Porém a Lei 10.639 continua sendo a mais discutida nos meios acadêmicos, provavelmente pelo marco histórico e a forte influência do movimento negro ao longo dos anos para sua implantação.

Saravia (2006), assim como Pedone (1986), discutem os processos que envolvem a inclusão de uma demanda como política pública já que está envolta em diversas etapas, como a inclusão de um problema ou necessidade social na agenda de prioridades do poder público, sua implementação, acompanhamento e avaliação. Fato que explica a comemoração do movimento negro, em virtude da promulgação da Lei Federal nº 10.639/03, mesmo com a sua substituição pela pela Lei nº 11.645.

Quanto ao acesso e permanência na Educação Superior, Formação de Professores e Gestores, Orientações Educacionais, Henriques (2005) cita diversas ações aplicadas pelo MEC, para garantir sua implementação, sendo estas: Projeto de Lei nº 3.627/01 – sobre reserva de vagas nas IFES; ProUni - Programa Universidade para todos; Projetos Inovadores de Cursos (PICs) – pré-vestibulares comunitários para negros e indígenas; Programa de tutoria e fortalecimento educacional de jovens negros na Educação Superior; Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares; Cultura Afro-Brasileira, educação em áreas remanescentes de Quilombos; Formação à Distância para docentes sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Prolind – Projeto inovador de Apoio a Licenciaturas Interculturais Específicas para formação de Professores Indígenas; Uniafro – Programa de Ações Afirmativas nas Instituições Públicas de Educação Superior; Revisão das Orientações Curriculares para Educação Infantil e para os Ensinos Fundamental e Médio; Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – diretrizes para uma educação de equidade; Programa Nacional de Avaliação do Livro Didático na Educação Básica; Comitê de Educação

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081002, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1049

para a Diversidade na Educação Básica; Comitê de Educação Escolar Indígena; Inclusão da temática étnico-racial no Censo Escolar, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB; Fóruns Estaduais de Educação e Diversidade Étnico-racial e Fóruns Permanentes de educação e diversidades étnico-racial; Concursos nacionais de monografias e dissertações e teses de material didático-pedagógico sobre a história e cultura afro-brasileira e africana.

Jaccoud (2008), através da análise de indicadores socioeconômicos oriundos de organismos de estatísticas e pesquisa como o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta a desigualdade entre brancos e negros nas diversas esferas sociais, o que envolve a educação entre outros fatores interligados, estando os negros submetidos as piores condições o que leva a autora a declarar esse abismo como um dos mais perversos em nossa sociedade. Indicativo que mesmo com a crescente visibilidade dessas questões nas políticas públicas ao longo dos anos, ainda não eram suficientes para uma mudança significativa nos processos sociais.

Gomes (2012), inclui outras ações inerentes as políticas públicas que também são frutos das luta e visibilidade do movimento negro, sendo essas: Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2009); Inclusão da questão étnico-racial na Conferência Nacional da Educação Básica Coneb (2008), Conferência Nacional de Educação – Conae (2010), projeto do Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei federal n. 12.288); Aprovação do princípio constitucional da ação afirmativa pelo Supremo Tribunal Federal (26 de abril de 2012); Sanção da Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, sobre cotas sociais e raciais para ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Mesmo com todas as questões que envolvem a sociedade brasileira inerentes ao racismo institucional e a visível necessidade de uma educação antirracista, a relação entre o movimento negro e as políticas públicas vinham avançando. Entretanto, mudanças políticas, socioeconômicas, que iniciavam em 2013 com o então processo eleitoral e a relação entre o empresariado e a gestão pública, um ajuste fiscal recessivo em 2015, culminando com denúncias de corrupção (invalidadas após o processo eleitoral) e o processo de *impeachment,* sofrido pela então presidente da república Dilma Vana Rousseff, faz chegar ao poder um novo governo, apoiado por empresários, pela justiça, pela mídia e por movimentos sociais liderados

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081002, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1049

por partidos da direita e frentes parlamentares de base conservadora e fundamentalista, como relatado por Silva e Moreira (2019).

Este processo político gera um período de instabilidade também no campo educacional, abrindo espaço para pautas e reformas educacionais baseadas no neoliberalismo, com aumento da parceria público-privado e cortes de verbas na área social. Segundo Silva e Moreira (2019) a educação nesse contexto é colocada sobre a ótica mercadológica tendo como função alavancar a economia, com uma forte influência do Banco Mundial, cujos documentos orientadores são analisados em seu trabalho.

Ainda sobre influencia deste processo político vigente em 2018, vence o processo eleitoral um ex-militar, apoiador da ditadura civil-militar, com um discurso ultraneoliberal e opositor à liberdades democráticas, organização dos trabalhadores e direitos de minorias. Como discute Tommaselli (2020), o então Presidente eleito Jair Messias Bolsonaro, já apresentava declarações racistas, como por exemplo ao comparar negros quilombolas à animais com a declaração "o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas". O autor chama a atenção quando declara: "Portanto, não é de se espantar que no governo de Jair Bolsonaro a questão racial e, especialmente, a questão da população negra venha ganhando tons dramáticos, trágicos e dantescos" (TOMMASELLI, 2020, p.180).

Ao longo do seu mandato há diversas manifestações contrárias as conquistas estabelecidas pelo movimento negro, como o reconhecimento de uma dívida histórica com a população negra por conta do processo de colonização e escravização sofrido, com manifestações que silenciam e visam inviabilizar as políticas de cotas, além de se utilizar de falas racistas, já conhecidas como racismo à brasileira, descrito por Silva (2009) ao discutir as afirmações sobre a inexistência do racismo no Brasil, que está estruturado em nossa sociedade. Ações que foram seguidas pelos integrantes do governo, inclusive aqueles que teriam a função de dar seguimento as políticas públicas de fortalecimento da identidade negra e uma educação antirracista, seja nos ambientes formais ou não formais.

Ao discorrer sobre a educação e o empoderamento de uma população pensante e critica, Cislaghi (2019), aponta que era previsível que o presidente Jair Bolsonaro, atacaria o processo educacional, indicando que os processos em andamento de mercantilização do ensino básico, estigmatização e desfinanciamento das universidades públicas, chamadas de espaços de "balbúrdia" e ideologização. E como parte da sua estrutura de ação, quanto ao desmonte dos avanços alcançados pelos movimentos sociais, e a demanda identitária negra entre outras, há um forte aniquilamento da Fundação Palmares, sua importância e representatividade.

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081002, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1049

O presidente da Fundação Palmares na época, Sérgio Camargo, tem claramente um discurso contrário ao movimento negro seus valores e significados, como aponta Cavalcanti (2021), há sempre uma manifestação onde ele ameniza e/ou nega o racismo, além de atacar os integrantes do movimento negro com xingamentos, escárnio, ironia, aos qualificar como vagabundos, preguiçosos, ladrões, marginais e esquerdistas, também declara que o racismo "onipresente" é fruto de uma falácia que o Partido dos Trabalhadores (PT) engendrou no imaginário dos sujeitos.

Declarações contrárias à luta que o movimento negro vem estabelecendo, com a descaracterização do racismo existente e desmerecimento das personalidades negras, históricas e/ou atuais que debatem e/ou tiveram ações antirracistas no cenário nacional, foram atacadas pelos integrantes do Governo Federal, fato que gera graves pertubações à caminhada dos movimentos sociais na elaboração de políticas públicas e sua relação com o fortalecimento do ambiente educacional libertador deste sistema colonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto fica notório e é consenso entre os diversos integrantes do movimento negro, seja intelectual, artístico, cultural e/ou suas intersecções, que o Brasil, sobretudo a população negra sofre até os dias atuais por um processo colonizador e suas marcas deixadas quanto ao fenótipo negro, marcado pelo colonizador branco, e genótipo populacional quanto a herança genética em sua população e os ideais pseudocientíficos de embranquecimento da população. Fatos interligados e autorizados pela religião do colonizador que atuou oprimindo não só as questões fenotípicas e genotípicas ligadas à população negra e seus descendentes como também todo o processo cultural.

Com os avanços científicos e morais, por meio da implementação de Leis como a 11.645 que institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, além da luta dos movimentos negros, não mais se refere aos negros quanto à raça biológica, o que não faz sentido à luz da ciência, da razão e ética. Entretanto as marcas outrora deixadas na sociedade, ainda reverberam com muita intensidade sobre os corpos daqueles que resistem com seus fenótipos negros, já marcados e (des)qualificados, pelo colonizador que agora se traveste por meio daqueles que sempre mantiveram os privilégios e tentam manter os mesmos à altos custos sociais.

Conclui-se que o processo de elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas necessitam de uma participação ativa dos movimentos (e população) que historicamente foram excluídos, sobretudo da possibilidade educacional, tendo hora cerceados direitos à educação,

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081002, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1049

tanto no que diz respeito ao acesso, permanência e respeito identitário, Sendo necessário uma formação básica política, para que fique claro a finalidade das políticas públicas e sua atuação, além do entendimento da etapas inerentes a sua implementação, execução e processos avaliativos. Também sendo imprescindível a apropriação do mecanismo de democracia formal e substantiva, cuja ausência de entendimento em nossa sociedade, vem causando grandes retrocessos sociais, com uma retomada neocolonizadora dos processos que tendem a invisibilizar, os não-brancos, discutidos aqui pelo olhar dos negros e negras e o epistemicídio orquestrado em nossa política de dominação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 out. 2023.

CAVALCANTI, Maria do Carmo Gomes Pereira; AZEVEDO, Nadia Pereira da Silva Gonçalves de. Mourão e Camargo: uma análise discursiva do racismo no governo Bolsonaro. **Raído**, v. 15, n. 37, p. 163-179, 2021. DOI: https://doi.org/10.30612/raido.v15i37.13817.

CISLAGHI, Juliana Fiuza et al. Não é uma crise, é um projeto: a política de educação do governo Bolsonaro. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019**. 2019.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma Abordagem sobre a História da Educação dos Negros. In: ROMÃO, Jeruse et al. **História da educação dos negros e outras histórias**. Brasília/DF: Ministério da Educação, p. 21-33, 2005.

DA SILVA, Marcos Antonio Batista. Racismo institucional: pontos para reflexão. **Laplage em revista**, v. 3, n. 1, p. 127-136, 2017. DOI: https://doi.org/10.24115/S2446-6220201731223p.127-136.

DO NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro processo de um racismo mascarado**: processo de um racismo mascarado. Paz e Terra, 1978.

FERREIRA JÚNIOR, Amarilio; BITTAR, Marisa. Educação jesuítica e crianças negras no Brasil Colonial. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 80, n. 196, 1999. DOI: https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.80i196.986.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 727-744, 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300005.

GONCALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. **Rev. Bras. Educ**., Rio de Janeiro, n. 15, p. 134-158, dez. 2000. Disponível em https://www.scielo.br/j/rbedu/a/8rz8S3Dxm9ZLBghPZGKtPjv/?format=pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

HENRIQUES, Ricardo; CAVALLEIRO, Eliane. **Educação e Políticas Públicas Afirmativas**: elementos da agenda do Ministério da Educação. Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

JACCOUD, Luciana. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, Mario (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília, Ipea, 2008, pp.131-75.

MACEDO, Elizabeth. Currículo, Cultura e Diferença. In: LOPES; Alice Casimiro; ALBA, Alícia de. **Diálogos Curriculares entre Brasil e México**. Rio de Janeiro: EdUerj, 2014, p. 83-101.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, A. Influência da mulher negra na educação do brasileiro. In: NASCIMENTO, A. **O negro no Brasil – trabalhos apresentados no 2º Congresso Afro-Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 211-222, 1940.

PEDONE, Luiz. **Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas**. 1986.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil**. 2016. São Paulo: Poeteiro Editor Digital. Projeto Livro Livre, 2016. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B9CNZ3uU92IVb0dnNWVCUnJLZk0/view?resourcekey=0-kISmfUJPba4BzekqR8JloA. Acesso em: 15 set. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina S.A., 2006. 518p. Disponível em: https://ia803204.us.archive.org/0/items/EpistemologiasDoSul/Epistemologias%20do%20Sul.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

SANTOS, Raquel Amorim dos; SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa. Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura. **Educar em Revista**, v. 34, n. 68, p. 253-268, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/0104-4060.53577.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). **Políticas públicas**; coletânea, Brasília, ENAP, 2006, v. 1. p. 21 a 42.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **As faculdades de direito ou os eleitos da nação**. O espetáculo das raças, cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 2017.

SILVA, Martiniano José da. **Racismo à brasileira**: Raízes históricas: um novo nível de reflexão sobre a história do Brasil. 4. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009. 56 p

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da Silva; GOMES, Nilma Lino; REGIS, Kátia. A proposta e seus objetivos. In: SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; REGIS, Kátia; MIRANDA, Shirley **Aparecida de. Educação das relações étnico-raciais**: o estado da arte. Curitiba: NEAB-UFPR e ABPN, 2018. P. 21-32

SILVA, Petronilha BG E. **Histórias de operários negros**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1987.

SILVA, Renata Valério; DA SILVA MOREIRA, Jani Alves. A educação, reformas curriculares e as propostas do Banco Mundial no contexto pós-golpe (2016-2018). In: **Colloquium Humanarum**. ISSN: 1809-8207. 2019. p. 145-162. DOI: https://doi.org/10.5747/ch.2019.v16.n1.

SOUZA, Elizabeth Fernandes. Repercussões do discurso pedagógico sobre relações raciais nos PCNs. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e Anti-racismo na Educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro Edições, 2001.

TOMMASELLI, G. C. G. Necropolítica, racismo e governo Bolsonaro. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 4, n. 42, p. 179–199, 2020. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7868. Acesso em: 15 set. 2023.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIANNA, Oliveira. **Evolução do povo brasileiro.** Brasilia, 1938.

ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1049

Revista Macambira

Informações do Artigo	Article Information
Recebido em: 15/09/2023 **Aceito em**: 15/02/2024 **Publicado em**: 26/02/2024	**Received on**: 09/15/2023 **Accepted in**: 02/15/2024 **Published on**: 02/26/2024
Contribuições de Autoria *Resumo*: Robson Barboza Araújo, Milton Ferreira da Silva Júnior *Introdução*: Robson Barboza Araújo, Milton Ferreira da Silva Júnior *Referencial teórico*: Robson Barboza Araújo, Milton Ferreira da Silva Júnior *Análise de dados*: Robson Barboza Araújo, Milton Ferreira da Silva Júnior *Discussão dos resultados*: Robson Barboza Araújo, Milton Ferreira da Silva Júnior *Conclusão*: Robson Barboza Araújo, Milton Ferreira da Silva Júnior *Referências*: Robson Barboza Araújo, Milton Ferreira da Silva Júnior *Revisão do manuscrito*: Robson Barboza Araújo, Milton Ferreira da Silva Júnior *Aprovação da versão final publicada*: Robson Barboza Araújo, Milton Ferreira da Silva Júnior	**Author Contributions** *Abstract/Resumen*: Robson Barboza Araújo, Milton Ferreira da Silva Júnior *Introduction*: Robson Barboza Araújo, Milton Ferreira da Silva Júnior *Theoretical Reference*: Robson Barboza Araújo, Milton Ferreira da Silva Júnior *Data analysis*: Robson Barboza Araújo, Milton Ferreira da Silva Júnior *Discussion of results*: Robson Barboza Araújo, Milton Ferreira da Silva Júnior *Conclusion*: Robson Barboza Araújo, Milton Ferreira da Silva Júnior *References*: Robson Barboza Araújo, Milton Ferreira da Silva Júnior *Manuscript review*: Robson Barboza Araújo, Milton Ferreira da Silva Júnior *Approval of the final published version*: Robson Barboza Araújo, Milton Ferreira da Silva Júnior
Conflitos de Interesse Declarar não haver nenhum conflito de interesse. Texto sugestivo: Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse de ordem pessoal, comercial, acadêmico, político e financeiro referente a este manuscrito.	**Interest conflicts** Declare that there is no conflict of interest. Suggestive text: The authors declare that there is no personal, commercial, academic, political or financial conflict of interest regarding this manuscript.
Como Citar este artigo - ABNT ARAÚJO, R. B.; SILVA JUNIOR, M. F. da. Silenciamento ao fenótipo negro e epistemicídio nas políticas públicas educacionais no Brasil. Revista Macambira, **Revista Macambira**, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081002, jan./dez., 2024. https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1049.	How to cite this article - ABNT ARAÚJO, R. B.; SILVA JUNIOR, M. F. da. Silencing black phenotype and epistemicide in public educational policies in Brazil. **Revista Macambira**, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081002, jan./dez., 2024. https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.988.

Licença de Uso	Use license
A Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, mesmo que comercialmente, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.	The Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License (CC BY4.0). This license allows sharing, copying, redistributing the manuscript in any médium or format. In addition, it allows adapting, remixing, transforming and building on the material, even commercially, as long as due credit for authorship and initial publication in this journal is attributed.